

EDUCANDO PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: ENTRE TEORIAS E PRÁTICAS

SOARES, Simone Cesario¹
ROESLER, Marli, von Borstel.²

RESUMO

Atualmente a sociedade vem criando e sofrendo com a grande degradação ambiental. Neste sentido a sociedade atual precisa criar mecanismos de desenvolvimento global baseado no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica. A sustentabilidade vista a partir de uma conformidade entre a humanidade e a natureza, relacionado ao impacto das atividades econômicas no meio ambiente e dessa relação, a busca pela qualidade de vida dessa geração, e das futuras. Este artigo busca compreender o currículo escolar da educação básica atrelada a prática do ensino para a sustentabilidade, tendo em vista o mundo atual. Objetiva-se uma reflexão a respeito do currículo escolar, tendo em vista as transformações profundas promovidas, por novos meios de produção e por novas formas de pensar o mundo e das demandas educacionais, destacando o papel da educação no contexto ambiental na busca por uma aprendizagem para a vida, ou seja, para sustentabilidade ambiental e do nosso desenvolvimento sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Sustentabilidade, Meio-ambiente, Políticas-Públicas.

1. INTRODUÇÃO

Uma das funções da escola é a de ensinar e refletir as práticas sociais, e nesse contexto o mundo que tem sido marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, no qual envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental e para a sustentabilidade. E diante desta nova exigência de habilidades, valores e principalmente postura crítica em relação aos problemas e aos desafios postos pela sociedade, a questão ambiental e da sustentabilidade é e será um grande desafio desse mundo globalizado. Uma vez que a qualidade de vida principalmente das futuras gerações estará mais dependente do que nunca deste fator. E como a escola pode atuar diante deste desafio? O desenvolvimento deve satisfazer as necessidades presentes, e ao mesmo tempo não comprometer a capacidade das gerações futuras (GUIMARÃES, 2007; BOFF, 2017; GIL et al., 2019).

2. O CURRÍCULO ESCOLAR E A FORMAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

A partir da necessidade de pensar a questão da sustentabilidade no meio escolar, o Ministério da Educação (MEC) recomenda que a escola deve estabelecer uma relação entre o currículo, a gestão e o espaço físico, visto que para ser considerada sustentável ela deve desenvolver

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: ccsimone@hotmail.com

²Profa.: Dra.: do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: marliroesler@hotmail.com

uma proposta pedagógica na qual o aprendizado, o pensamento e a ação possibilitem construir o futuro com criatividade, inclusão, liberdade e respeito aos direitos humanos e as diferenças, assim também ter cuidado com os outros, com a natureza e com o ambiente de forma intencional adotando uma postura coerente em discurso e práticas (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, a escola, sendo um espaço social e de aprendizado, contribui para a formação de cidadãos conscientes, críticos, responsáveis e atentos à relação homem-ambiente. Por isso, a educação ambiental tornou-se um componente essencial no processo de formação, visto que comunga com todos os seguimentos e currículos escolares. Por se tratar de uma temática interdisciplinar, ela precisa ser desenvolvida de forma contínua, permanente, sistemática e transversal, contextualizando tais conteúdos com a realidade integral do mundo contemporâneo.

Assim sendo:

O desenvolvimento de programas de Educação Ambiental e a conscientização de seus conteúdos dependem deste completo processo de emergência e constituição de um saber ambiental, capaz de ser incorporado às práticas docentes e como guia de projeto de pesquisa (LEFF, 2018, p. 218).

O que se percebe atualmente na escola é o ensino da educação ambiental dentro de uma modalidade formal, com predominância de alguns temas como, por exemplo, lixo, proteção do verde, uso e degradação dos mananciais e ações para conscientizar a população em relação à poluição do ar. O grande desafio da escola no contexto ambiental é o de viabilizar as práticas educativas, articulando o ensino em sua prática diária; no sentido de enfrentar uma degradação ambiental junto aos problemas sociais.

Ao mesmo tempo em que se fazem importantes os problemas ambientais da comunidade, eles devem ser analisados e o aluno precisa perceber que faz parte da sociedade. A educação ambiental deve compreender a estreita interação entre Meio Ambiente equilibrado e a qualidade de vida do homem, além de, mostrar que ela não se limita à preservação do Meio Ambiente, mas incorpora os aspectos sociais, econômicos, éticos e políticos. A conexão, entre as propostas curriculares educacionais e as políticas que envolvem a Educação Ambiental e Sustentável, pode ser encarada como um dos fatores que dificultam os resultados esperados em prol da exploração da dimensão ambiental nas práticas escolares, pois nessa perspectiva, “o debate ambiental adquire uma dimensão pedagógica e política na medida em que oportuniza o debate, o questionamento e a negociação de projetos políticos, culturais e sociais” (TORALES, 2013, p. 2).

A educação exerce um papel muito importante na vida das futuras gerações. Neste sentido, a Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, Organização das Nações Unidas para

a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), compreende que é fundamental a capacidade de inovação e que depende da autonomia da educação no ensino e na participação de seus agentes locais, na capacidade de transformação em sua estrutura, em seu modo de pensar, planejar e gerir na educação básica. E nessa perspectiva, abrindo espaço para um novo currículo, baseado em novas metodologias fundamentado na cidadania e na sustentabilidade.

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei nº 9.795/1999, a Educação Ambiental tem por objetivo formar cidadão que se defronta com a problemática do meio ambiente, que sejam capazes de perceber pontos críticos, de pensar a coletividade; se posicionando frente aos desafios presentes nos locais em que vivem (BRASIL, 1999). Tendo em vista esse contexto no ano de 1996, o Ministério da Educação (MEC), elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) incorporando a dimensão ambiental, como Tema Transversal, nos currículos de Ensino Básico. A incorporação da temática ambiental no currículo da Educação Básica buscou pôr fim a visão conteudista que ainda perdura na educação brasileira.

A inserção da Educação Ambiental nos PCNs mostra uma visão integradora e transformadora, mas, metodologicamente, ainda falta uma indicação menos compartimentada dos conteúdos das diversas áreas de conhecimento; o que poderia levar a uma mudança das práticas pedagógicas em Educação Ambiental (SOUZA, 2004). Leff afirma que a escola é um dos elementos para que a educação ambiental se efetive, mas diz que também:

Os princípios da gestão ambiental e da democracia participativa propõem a necessária transformação dos Estados nacionais e da ordem internacional para uma convergência dos interesses em conflitos e dos objetivos comuns dos diferentes grupos e classes sociais em torno do desenvolvimento sustentável e da apropriação da natureza. (LEFF, 2018, p.61-62)

Considerando a importância da educação ambiental e da visão de integração do mundo, no tempo e no espaço, a escola deve oferecer métodos efetivos para a compreensão e aplicação da educação ambiental. A escola é um espaço de formação e transformação que deve garantir que os seus objetivos sejam atingidos, viabilizando e consolidando na prática cotidiana dos educandos; bem como discutidos com a comunidade. Sendo no espaço escolar, é necessário tratar de temas da atualidade aplicados à realidade dos seus alunos.

No século XX, o capitalismo passou a ser mais observada em relação à sociedade de consumo, vista como dos principais problemas da sociedade moderna, uma das causadoras de impactos ambientais, gerando preocupação as gestões urbanas e implicando na busca da sustentabilidade. Diante da crescente transformação da consciência ambiental voltada para a racionalidade e ao senso crítico; que integre às formas pedagógicas, Leff nos ajuda no caminho para

agregar valor às práticas da educação ambiental. Assim, é proposto a repensar “o programa positivista, obcecado pela unidade das ciências e unificação do conhecimento” (LEFF, 2018, p. 258-259). Propondo assim, a saída dos meios pedagógicos tradicionais e a inserção em um ambiente extraescolar ou até mesmo extracurricular, uma vez que os currículos formais não dariam conta desta nova racionalidade.

A relação da educação e o meio ambiente assume um desafio cada vez maior, demandado a emergência de novos saberes para aprender processos sociais que se complexificam e riscos ambientais que se intensificam. E ao mesmo tempo cabe a escola a criação desse elo com as novas gerações, pois o tempo escolar é um diálogo de gerações conforme análises dos autores (CARR, 2011; OLIVEIRA, 2010). A educação como principal propulsor da mudança, necessita de novos métodos de ensino, colocando o estudante em contato com o ambiente externo à sala de aula, em contato direto com a natureza. Aproveitando o conhecimento popular, para potencializar a sustentabilidade local e regional (BOFF, 2017). A lei (9795/99) estabelece que a Educação Ambiental deva ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, e não como disciplina específica incluída no currículo escolar.

3. METODOLOGIA

O presente artigo foi desenvolvido a partir da revisão de artigos científicos, da literatura existente acerca da temática educação, contextualizando as recentes discussões acerca das profundas transformações vividas pela sociedade contemporânea. Assim este trabalho se propõe a discutir e refletir acerca das questões educacionais da atualidade, ou seja, como a escola vem tratando de temas de interesse social e coletivo, como a sustentabilidade.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

As escolas do Brasil, principalmente as públicas, enfrentam problemas, para a realização de atividades práticas, seja por falta de infraestrutura, falta de espaço, recursos humanos, insumos e até mesmo de interesse. Ao trabalhar os temas transversais, sugerem-se ações fora da sala de aula, ou seja, não apenas de forma expositiva, mas sim que os alunos possam ter contato com a natureza, com problemas reais, busca a resolução destas. Essa não é uma prática corrente de nossas escolas. A educação enquanto prática ambiental, talvez seja a tarefa mais complexa a ser realizada no ambiente escolar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão ambiental é urgente, e não se restringe as paredes escolares. Mas ela pode sim fazer a diferença na medida em conseguir dialogar com a geração que aí está, bem como com as próximas gerações, na busca pela consciência cidadã, não apenas num papel chamado currículo, ou seja, apenas na teoria que ela seja capaz de promover em suas práticas dentro e fora da escola, que vislumbrem a sustentabilidade na vida de seus alunos, na construção de um muito mais justo para todos. A escola é uma intuição social inserida numa sociedade, pela função que exerce a de formar cidadãos, de preparar para a vida e desta forma a mesma precisa integrar-se ao mundo, dialogando com as demandas vigentes.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- _____. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. Lei 9.795/99. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno Resolução Nº 1, de 30 maio de 2012.
- BOFF, L. Sustentabilidade: o que é: o que não é. 7º ed. Rio de Janeiro,: Vozes, 2017.
- CARR, N. G. A Geração Superficial: o que a Internet está fazendo com nossos cérebros. Tradução Mônica Gagliotti F. Friaça. – Rio de Janeiro: Agita, 2011.
- GIL, J.D.B.; REIDSMA, P.; GILLER, K.; TODMAN, L.; WHITMAORE, A.; ITTERSUM, M.V. 2019. Sustainable development goal 2: Improved targets and indicators for agriculture and food security. *Ambio*. V.48, p.685 – 698. <https://doi.org/10.1007/s13280-018-1101-4>.
- GUIMARÃES, M. Educação ambiental: participação para além dos muros da escola. In. TRAJBER, R.; MELLO, S.S. Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: UNESCO, 2007.
- LEFF, E. Saber Ambiental. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2018.
- OLIVEIRA, S. Geração Y - o nascimento de uma nova versão de líderes. São Paulo: Integrante, 2010.
- SOUZA, D. A. A Relação da Criança com o Meio Ambiente: A Educação Ambiental nos Contextos Escolares, 2004. 143p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto Superior de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 2004.
- TORALES, M.T. A Inserção da educação ambiental nos currículos escolares e o papel dos professores: da ação escolar a ação educativo-comunitária como compromisso político pedagógico. *Revista do PPGEA/ FURG – Rio Grande do Sul*, v. especial, março, 2013.